

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

REQUERIMENTO N.º DE 2014

Solicita a realização de Audiência Pública para debater os impactos da redução das vazões do Rio São Francisco, à jusante da Barragem de Sobradinho, nos demais usos múltiplos das águas e no ecossistema fluvial.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos dos artigos 255, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvido o Plenário desta Comissão, que seja realizada reunião de Audiência Pública para debater os impactos da redução das vazões do Rio São Francisco, à jusante da Barragem de Sobradinho, nos demais usos múltiplos das águas e no ecossistema fluvial.

Nesse sentido, solicito que sejam convidados:

- Presidente do comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco;
- Presidente do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS;
- Presidente da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL;
- Presidente do IBAMA;
- Presidente da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – CHESF;
- Representantes das empresas de abastecimento de água de Alagoas, de Sergipe, de Pernambuco e da Bahia; e
- Representantes das Secretarias de Meio ambiente dos estados de Alagoas, de Sergipe, de Pernambuco e da Bahia.

Justificativa

A partir de abril de 2013, o Setor Elétrico, por meio do Operador Nacional do Sistema, solicitou à Agência Nacional de Águas – ANA e ao IBAMA as respectivas outorga e licença ambiental para praticar mais uma vez a vazão de restrição de 1.110 m³/s à jusante do Reservatório de Sobradinho, ou seja, praticar uma vazão que, até novembro de 2013, estará

200 m³/s abaixo da VAZÃO MÍNIMA DE RESTRIÇÃO, ou VAZÃO ECOLÓGICA que é de 1300 m³/s. Tal medida tem sido recorrente desde 2001, embora seja sempre apresentada como medida emergencial.

Os efeitos dessas reduções, sempre apresentados em função das estiagens prolongadas, são extremamente prejudiciais aos demais usos múltiplos das águas, bem como devastadores para o ecossistema fluvial.

O setor elétrico não tem contemplado os demais usuários pelos danos causados por essas reduções, além disso, não apresenta uma agenda estratégica para livrar a Bacia do São Francisco da dependência tão impactante em relação à hidroeletricidade. Usos como abastecimento humano, navegação fluvial, pesca artesanal, aquicultura, entre outros, estão sendo prejudicados.

As reduções sistemáticas estão agravando a situação caótica por que passa a Bacia hidrográfica do Rio São Francisco, a mais vulnerável e, ao mesmo tempo, a mais demandada de todo o território brasileiro.

Sala das Comissões, em de março de 2014.

Deputado Arnaldo Jordy

PPS/PA